



# AUDIODESCRIÇÃO

## SUMÁRIO

1-	AUDIODESCRIÇÃO	3
2-	HISTÓRICO RESUMIDO	7
3-	AUDIODESCRIÇÃO DE NOVELAS	9
4-	MINISTÉRIO REVÊ PORTARIA SOBRE AUDIODESCRIÇÃO	14
5-	AUDIODESCRIÇÃO PARA CRIANÇAS	17
6-	AUDIODESCRIÇÃO NAS ESCOLAS	29

## REFERÊNCIAS

## 1- AUDIODESCRIÇÃO

A **audiodescrição** é o recurso que permite a inclusão de pessoas com deficiência visual em cinema, teatro e programas de televisão. No Brasil, segundo dados do IBGE, existem aproximadamente 16,5 milhões de pessoas com deficiência visual total e parcial, que encontram-se excluídos da experiência audiovisual e cênica.

A **acessibilidade** nos meios de comunicação é um tema que está em pauta no mundo todo. Os esforços neste sentido visam não apenas proporcionar o acesso a produtos culturais a uma parcela da população que se encontra excluída, como também estabelecer um novo patamar de igualdade baseado na valorização da diversidade.

*“Dizem que uma imagem vale mais do que 1000 palavras, pois bem, a **audiodescrição** é muito mais que as tais 1000 palavras.”*

*Marco Antonio de Queiroz, cego, autor do site [Bengalalegal](#), em entrevista sobre sua participação como jurado do Festival de Cinema Assim Vivemos 2007.*

**DESDE 2003, JÁ AUDIODESCREVEMOS MAIS DE 100 FILMES E EXECUTAMOS MAIS DE 500 HORAS DE AUDIODESCRIÇÃO AO VIVO E GRAVADA.**

### **O que é audiodescrição**

O recurso consiste na descrição clara e objetiva de todas as informações que compreendemos visualmente e que não estão contidas nos diálogos, como, por exemplo, expressões faciais e corporais que comuniquem algo, informações sobre o ambiente, figurinos, efeitos especiais, mudanças de tempo e espaço, além da leitura de créditos, títulos e qualquer informação escrita na tela.

A audiodescrição permite que o usuário receba a informação contida na imagem ao mesmo tempo em que esta aparece, possibilitando que a pessoa desfrute integralmente da obra, seguindo a trama e captando a subjetividade da narrativa, da mesma forma que alguém que enxerga.

As descrições acontecem nos espaços entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras do filme ou espetáculo, nunca se sobrepondo ao conteúdo sonoro relevante, de forma que a informação audiodescrita se harmoniza com os sons do filme.

## Como Fazemos

Diferentes ferramentas técnicas são utilizadas dependendo do suporte em que estamos trabalhando. Para filmes, séries, novelas ou documentários, os suportes atuais são o cinema, a televisão e o DVD.

Em produtos audiovisuais, a audiodescrição é adicionada em um segundo canal de áudio. No caso da televisão, através de um canal que disponibilize esta banda extra de áudio, geralmente acionada pela tecla SAP (Programa Secundário de Áudio) dos televisores.

Para peças de teatro, o suporte é o próprio espetáculo e neste caso só é possível que seja feita ao vivo.

### A audiodescrição pode ser:

#### Audiodescrição gravada

Para a produção da **audiodescrição gravada**, o processo se dá nas seguintes etapas:

- **Estudo e Roteiro:** Um audiodescritor-roteirista especializado estuda a obra a ser descrita e produz um roteiro com os textos a serem narrados. A criação do roteiro é um trabalho delicado e subjetivo, que deve seguir padrões e técnicas internacionais estabelecidas em países onde a audiodescrição já está normatizada. As falas audiodescritas acontecem entre falas do áudio do filme, então, para que haja no roteiro a indicação exata de onde cada fala deve ser encaixada no áudio original do filme, é necessário que o audiodescritor trabalhe a partir de uma cópia do filme com Time Code aparente (referência de tempo que sincroniza áudio e vídeo). Se o roteiro for realizado por mais de um audiodescritor-roteirista (caso de trabalho realizado com prazo curto), um revisor especializado deverá uniformizar a linguagem e o vocabulário;
- **Ensaios e ajustes:** Depois do roteiro pronto, o ator-audiodescritor deverá ensaiar a colocação das falas narradas nos locais previamente escolhidos. Este é o momento onde ocorrem pequenos ajustes de tempo ou a troca de uma palavra por outra para que a descrição fique adequada.
- **Gravação:** Com o roteiro pronto e já tendo ensaiado, o ator-audiodescritor entra em estúdio, acompanhado de um diretor de gravação e do técnico em gravação, para executar a gravação das descrições contidas no roteiro.

- **Sincronização:** O arquivo de áudio extra, contendo a audiodescrição, é editado e mixado na banda sonora original do filme ou programa, no caso da televisão e do DVD, e por meio de um canal extra de áudio. No caso do cinema, o arquivo de som é transmitido para fones de ouvido, para que essas informações complementem o som original do filme.

#### **Audiodescrição ao vivo ensaiada**

A audiodescrição pode ser feita ao vivo. Esta forma é mais adequada em Festivais de Cinema, peças de teatro, espetáculos de dança, óperas e manifestações artísticas em geral. Na **audiodescrição ao vivo ensaiada**, a preparação das falas da audiodescrição é feita da mesma forma que na **audiodescrição gravada**, porém, nesse caso, o ator-audiodescritor executa ao vivo a narração. As duas primeiras etapas, **Estudo e Roteiro** e **Ensaios e Ajustes** são idênticas às da audiodescrição gravada.

- **Execução feita ao vivo:** A execução da audiodescrição ao mesmo tempo em que a obra é exibida. Nesse tipo de audiodescrição, feito em cinemas e teatros, o equipamento utilizado é o mesmo que o da tradução simultânea. Os atores-audiodescritores ficam em cabines narrando nos microfones e o som é transmitido para os usuários através de fones. A sessão de filme ou peça transcorre normalmente, sem interferência para o restante do público. O som original do filme ou da peça é captado pelo usuário de audiodescrição pelo próprio sistema de som da sala de cinema ou voz dos atores no palco, e o conteúdo audiodescrito, pelo fone de ouvido.

#### **Audiodescrição simultânea**

Nesta forma, o audiodescritor não tem conhecimento prévio da obra a ser descrita, por isso, não há roteiro, nem possibilidade de ensaio. Esta forma é a única possível em produtos que são transmitidos ao vivo. Por essa característica, a audiodescrição simultânea está sujeita a falhas e sobreposições das falas do audiodescritor com as falas dos personagens, já que a obra não foi estudada previamente.

**Treinamento:** Para que o resultado seja satisfatório, o profissional que faz a audiodescrição simultânea deverá ter como base um treinamento específico.

#### **Audiodescrição em filmes estrangeiros não dublados**

Quando o produto é estrangeiro e não está dublado, é necessário que os atores-audiodescritores realizem também a leitura interpretada dos diálogos do filme traduzidos para o português. Esse serviço não caracteriza uma dublagem, porque a leitura interpretada não se sobrepõe completamente à voz original dos personagens. O

espectador escuta o diálogo original, porém, em forma de “voice over”, ouve também a leitura interpretada dos diálogos, juntamente com a audiodescrição das cenas. Essa interpretação dos diálogos deve ser feita de forma a acompanhar sutilmente o ânimo das cenas e dos personagens, mas sempre em tom mais baixo e discreto. A preparação do roteiro, ensaios e ajustes é similar a da audidescrição gravada.

## 2- HISTÓRICO RESUMIDO

A primeira vez que a audiodescrição apareceu formalmente descrita como tal, foi na tese de pós-graduação “Master of Arts”, apresentada na Universidade de São Francisco pelo norte-americano **Gregory Frazier**, em 1975. Uma série de estudos começaram a ser feitos e os resultados favoráveis que foram sendo comprovados nessas primeiras experiências fizeram com que a técnica se desenvolvesse em teatros, museus e cinemas dos Estados Unidos durante a década de 80. O encontro de **Frazier** com **August Copolla** facilitou a divulgação da audiodescrição pela América do Norte.

Em 1989 a audiodescrição foi realizada em alguns filmes do **Festival de Cannes**. Rapidamente, a técnica se estendeu por alguns países da Europa, principalmente no Reino Unido, que primeiro experimentou inserir a audiodescrição na televisão. Essa experiência ficou conhecida como “**Descriptive Video Service**”. Graças ao êxito deste programa pioneiro, outras experiências foram estimuladas, como por exemplo, no Canal Network.

Em 1992, surgiu o **Projeto Audetel**, uma iniciativa britânica coordenada pelo **Royal National Institute for the Blind**, que se dedica a investigar os requisitos técnicos necessários para a incorporação da audiodescrição nas emissoras de televisão.

Na Espanha, a partir de 1991, foi desenvolvido o sistema **Sonocine**, que permitiu que as pessoas com deficiência visual seguissem a audiodescrição dos filmes exibidos na televisão através de um canal de rádio especialmente habilitado. Os canais TVE e **La 2** colocaram em prática essa experiência por algum tempo. Hoje, somente o Canal Sur ainda utiliza este sistema.

Em 1993, a Fundação ONCE, uma organização espanhola para a cooperação e integração social de pessoas com deficiência, começou um programa de investigação e pesquisa em audiodescrição, que culminou com a publicação da norma UNE 153020, intitulada: Audiodescripción para personas con discapacidad visual . Requisitos para la audiodescripción y elaboración de audioguías.

**NO MUNDO:**

Atualmente, a **acessibilidade** nos meios de comunicação está em pauta em todo o mundo, sendo que em alguns países como Alemanha, Reino Unido, França, Espanha, Estados Unidos e Uruguai a audiodescrição já é uma realidade em cinemas, teatros, museus, programas de televisão e DVDs. Festivais de cinema como o Festival de Cine de Pamplona, Festival Iberoamericano de Cine de Huelva e o Festival de Cine de Móstoles, oferecem em suas sessões o recurso da audiodescrição. Na televisão espanhola, a TVE foi o primeiro canal a disponibilizar o recurso. Hoje, o Canal Sur e o TV3 utilizam o sistema. Dentro do Museo das Artes Audiovisuais de Alcira em Valência, há uma sala que oferece o serviço de audiodescrição de forma permanente. No Reino Unido, mais de 270 salas espalhadas pelo país possuem acessibilidade e mais de 250 filmes em DVD com acessibilidade estão disponíveis para locação ou venda. Grande parte dos canais de televisão no Reino Unido oferecem a acessibilidade em sua programação. Na Alemanha, alguns cinemas contam com o recurso da audiodescrição e o canal de televisão BR oferece programas com o serviço. Em Munique, o Festival de Cinema Wie wir leben oferece audiodescrição em todas as sessões, desde 1995. Na Austrália, o The Sydney Film Festival e o The Other Film Festival contam com acessibilidade nas sessões.

Na França, o canal TF1 exibe programas com audiodescrição e algumas salas de cinema espalhadas pelo país, como o Cinema MK2, oferecem o serviço de forma permanente. O Festival Retour D'Image é um dos festivais de cinema franceses que oferece sessões audiodescritas. Uma das audiodescritoras mais importantes do mundo, Marie-Luce Plumazille, desenvolve a técnica na França desde 1989.

### **3- AUDIODESCRIÇÃO DE NOVELAS**

As novelas, principalmente as produzidas pela Rede Globo de Televisão, possuem um forte poder de sedução, entretenimento, de arrebatam a atenção. Durante a semana, no horário tido como “nobre”, milhões de pessoas em todo o Brasil sentam-se em frente a telinha para ver a novela. Ver em termos. Nem todos conseguem acompanhá-la como gostariam. Os cegos, por exemplo, reclamam das cenas silenciosas, lacunas preenchidas com músicas que não dão a menor dica do que está acontecendo. A atual “América”, por exemplo, vem chamando atenção especial desse grupo de telespectadores por contar com dois personagens cegos: Jatobá, interpretado pelo ator Marcos Frota, e Flor, a atriz mirim Bruna Marquesini. Ambos têm levantado importantes questões inerentes a deficiência visual, mas os cegos, que gostariam de ter acesso a todos os momentos da novela, perdem boa parte das cenas.

Essa dificuldade das pessoas cegas poderia ser evitada se fosse adotada a audiodescrição. “Trata-se de uma locução, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever as cenas ou elementos de cenas que forem importantes para a compreensão do contexto ou do roteiro do programa, que não possam ser percebidas por espectadores com limitações visuais”, explica o especialista em acessibilidade digital e analista de sistemas, Paulo Romeu Filho.

A audiodescrição estaria à disposição da população cega por meio da tecla SAP, sigla em inglês para “Programa Secundário de Áudio”, a mesma utilizada para acesso ao som original. A audiodescrição, sendo acessada pela tecla SAP, relata somente os momentos em que não há diálogo, sendo ouvida somente por telespectadores com deficiência que a acione.

### **IMPLEMENTAÇÃO**

Segundo o especialista, a audiodescrição pode ser implementada em todos os programas transmitidos em Português, sejam noticiários, novelas, shows, filmes,

documentários, comerciais, etc. independente do tipo de programa, uma vez que se trata de conteúdo audiovisual. “Sempre existirão informações transmitidas de forma essencialmente visual, as quais, sem a audiodescrição, os telespectadores cegos ou com baixa visão deixam de recebê-las. Esse fator, em muitos casos, prejudica sensivelmente a compreensão do enredo”, destaca.

Paulo Romeu ressalta, ainda, que todas as mídias e formas de distribuição de conteúdos audiovisuais comportam a audiodescrição. Segundo ele, até mesmo apresentações multimídia específicas para computador podem contê-la, uma vez que programas como o Real Player e o Power Point, por exemplo, já possuem funções para ativar a trilha sonora da audiodescrição”, explica. Para ele, não apenas as pessoas com deficiência visual, mas também as que possuem deficiência cognitiva teriam grandes benefícios com a audiodescrição e a dublagem transmitidas por meio da tecla SAP. “Não há dúvida que a televisão é o mais poderoso canal de comunicação, sendo o maior responsável pela veiculação de todos os tipos de informações, disseminação de cultura, sem falar que é o veículo que proporciona a maior quantidade de horas de lazer das famílias brasileiras. Tornar a programação da televisão brasileira acessível para as pessoas com deficiência deveria ser uma obrigação”, afirma.

É válido lembrar que a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) intitulada “Acessibilidade em Comunicação na Televisão” aborda a audiodescrição, a dublagem e também o close caption (legenda para pessoas surdas). Esta norma esteve recentemente em consulta nacional e deve ser publicada oficialmente dentro de algumas semanas.

### **Brincando, grupo dá o recado**

As cenas que apresentam a trilha sonora das novelas, em geral, ou que são preenchidas com olhares e expressões silenciosas podem ter todo um significado especial para quem enxerga. Esse tipo de recurso que visa manter a audiência, em função do suspense e mistérios presentes no enredo, por outro lado, deixa uma pessoa cega totalmente perdida, sem noção do que se passa. Considerando falta de respeito por parte da equipe que faz a novela América, por falarem sobre e não para cegos, um grupo de pessoas com deficiência visual, que se corresponde via e-mail, encaminhou,

em junho, uma carta à Rede Globo, para reivindicar a audiodescrição na novela. Um dos diretores da emissora, Luis Erlanger respondeu a carta reconhecendo a importância da comunicação acessível e prometeu posicionar-se sobre a audiodescrição. O grupo aguarda o desfecho.

Na verdade, o grupo “Deficientes visuais em América” foi criado em maio deste ano pela pesquisadora do núcleo de novelas da Rede Globo, Giovana Manfredi. O objetivo, segundo os participantes, era de propiciar espaço de discussão, pela internet, sobre os personagens “Jatobá” e “Flor”. A concentração de pessoas com características afins deu origem ao Movimento das Pessoas Cegas e com Baixa Visão pela Audiodescrição (MAD). Hoje, a lista conta com cerca de 50 pessoas. Giovana ausentou-se por um período e a discussão ficou sob a coordenação de um dos participantes, Naziberto Lopes de Oliveira, o Beto.

Ele começou a escrever a série “No mundo da imaginação” (veja abaixo), relatando de forma muito bem-humorada o desespero de quem não entende as cenas silenciosas ou sonorizadas. Nasceu como uma brincadeira, na tentativa de evidenciar os constrangimentos e aflições das pessoas cegas diante das cenas mudas, com os atores se entreolhando, trocando gestos, interagindo de forma inacessível a quem não enxerga.

“Eu sugeri que usássemos nossa imaginação para preenchermos as lacunas. Todos sentem a mesma coisa, isto é, muita raiva. Procurei transformar a raiva em bom humor”, destaca. Segundo Beto, o tom sarcástico e escrachado foi a forma bem humorada que encontrou para chamar a atenção para um problema simples que, por ser tão óbvio, não é percebido pela maioria.

### **No mundo da imaginação**

Inicia o comercial, com um silêncio sem fim, praticamente todos os trinta segundos, com alguns poucos ruídos incompreensíveis. Uma lacuna gigantesca. De repente, uma voz feminina fala “abre pra mim”. A locutora do comercial diz: “Claudia, independente, sem deixar de ser mulher”.

Preenchendo as lacunas: posso deduzir que seja talvez comercial da revista Claudia, da editora Abril. Bem, se for realmente, o que será que a mulher estava querendo que

alguém abrisse? Vamos usar, além da imaginação, um pouco de lógica matemática, trigonometria, física quântica, química, história, biologia, racionalismo cartesiano, fé em Deus, etc. Afinal, abrir o quê? Será que ela estava recebendo a revista pelo correio e havia acabado de chegar da manicure, por isso, não queria borrar o esmalte e pediu para o próprio carteiro abrir a embalagem da revista?

No entanto, a expressão independente, no final do comercial, refuta essa afirmativa, afinal, uma mulher que é independente iria abrir um envelope plástico sem nenhum problema. Imagine se ela iria dar chance a um porco chovinista de um carteiro para que ele dissesse a ela, entre outras coisas, que mulher só serve para o forno e tanque, etc. Então ela pegaria a revista, com a boca, a prenderia entre as coxas e com os dentes abriria o envelope diante do chovinista do carteiro.

Bem, mas essa segunda alternativa é refutada pela segunda parte da expressão final, “sem deixar de ser feminina”. Bem, imagino que ela tenha saído correndo para dentro de casa, vestido uma roupa provocante, uma meia sete oitavos, colocado um batom vermelho, um sapato de salto agulha, uma echarpe de seda, se maquiado toda e, sentando-se de pernas cruzadas, aquela cruzada que derruba as muralhas de Jericó, olha insinuantemente para o carteiro, que a essa altura está suando frio, trêmulo diante do portão, diz: “abre pra mim”. O carteiro derruba o portão e voa para cima da mulher, com aquela sacola enorme cheia de cartas, que cai no chão espalhando a correspondência para todo lado.

O comercial acaba com a locutora narrando a frase final e uma pilha de cartas se mexendo, insinuando que debaixo delas existe alguma atividade frenética e libidinosa acontecendo.

### **Fora da realidade**

A psicóloga e educadora Elizabet Dias de Sá possui deficiência visual e acredita que o contexto de vida e da falta da visão da Flor e do Jatobá são bem distintos. Para ela, ambos representam um mosaico com matizes, elementos, situações e aspectos de uma realidade particular e idealizada. “A abordagem do tema na novela não escapa aos apelos emocionais, reflete aspectos do imaginário social e uma certa mística acerca da falta da visão”, opina.

Elizabet destaca que as cenas mudas e as lacunas, neste caso, não são as mais incômodas porque as novelas são previsíveis e as cenas geralmente são permeadas

por pistas e indícios óbvios, sem prejuízo significativo para a compreensão e interpretação da trama. “Estas lacunas são mais incômodas e comprometedoras no caso de filmes, comerciais e outras exibições de maior complexidade”, declara. Na opinião do gestor público, Antônio Muniz, que possui baixa visão, o personagem Jatobá não corresponde a um cego da vida real; a Flor sim. “No caso do Jatobá, lhe colocaram atribuições que os cegos, normalmente, não fazem no dia a dia, como salvar uma criança em mar aberto e dirigir. Já no caso da Flor, talvez por ser criança, tem havido semelhança com as vivências de uma pessoa cega da idade dela, porque até aqui, não tenho notado tarefas fantasiosas que lhe tenham sido atribuídas”, explica.

Para Edi Carlos de Souza Vianna, estudante, cego, os personagens são muito “artificiais”. “A Flor faz perguntas, observações que um cego não faz. Quanto ao Jatobá, muitos pontos da sua personalidade são obscuros: não se sabe onde, como e quando ele trabalha; em que é formado, como e onde fez sua reabilitação e como arranjou um cão-guia”, destaca. Sobre a audiodescrição, Edi Carlos acrescenta que se sente desrespeitado como indivíduo com direito ao acesso irrestrito a toda e qualquer informação.

#### 4- MINISTÉRIO REVÊ PORTARIA SOBRE AUDIODESCRIÇÃO

Na novela em que se transformou a implementação da audiodescrição, o Ministério das Comunicações adicionou mais um capítulo: abriu pela quarta vez uma consulta pública sobre o recurso que permite a inclusão de pessoas com deficiência visual em cinema, teatro e programas de televisão. Dessa vez, a consulta é para mudar a definição de audiodescrição e, mais uma vez, retardar o início da sua implementação na TV. Além disso, a nova proposta posta em consulta pelo ministério diminui as horas de programação acessível em relação ao que estava previsto na primeira versão da norma. Depois do prazo de 11 anos, as emissoras terão de oferecer 24 horas semanais de conteúdo audiodescrito. Na versão original, em 10 anos, as TVs teriam de ter 100% da programação acessível.

"A minuta também propõe desobrigar a audiodescrição na TV analógica. Com isso, o ministério obriga as pessoas com deficiência a adquirirem televisores digitais que, pelos padrões de renda brasileiros, estão com preços proibitivos para 90% da população", denuncia Paulo Romeu Filho, deficiente visual, analista de sistemas que assessorou a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na definição da norma sobre acessibilidade. Participante de vários grupos de discussão na internet específico de pessoas com deficiência, Paulo relata que a indignação nestes espaços é geral. "Não é possível que, depois de tantas consultas, audiências, reuniões técnicas, o ministério ainda precise de 2 meses para receber novas contribuições. Só podemos pensar que trata-se de uma protelação para empurrar o assunto com a barriga até março do próximo ano, para que algum técnico sem força política que assumirá o ministério para cumprir tabela até o final do mandato do presidente Lula fique com o mico."

Em reportagem publicada em 3 de novembro, o **Observatório** registrou o descontentamento de pessoas com deficiência e militantes pela inclusão com a falta de vontade por parte do governo, que, além de não cobrar que as TVs cumpram o regulamento, segue protelando a vigência total da portaria que estabelece as regras para a acessibilidade na televisão. A indignação ainda era alimentada pelo fato de que a última consulta realizada pelo ministério – depois de ter ampliado por duas vezes o prazo para adaptação das empresas aos requisitos da audiodescrição – não era acessível a pessoas com deficiência visual, impossibilitando que esse grupo

interessado pudesse se manifestar via web. Esta consulta foi encerrada dia 28 de outubro.

Em 2005, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou uma norma de acessibilidade na TV, que informava como fazer legendas para as pessoas surdas e a audiodescrição para as pessoas cegas. A Norma Complementar 1/2006 tornou a audiodescrição obrigatória na TV. Ao fim do prazo de dois anos previstos por esta norma para a implementação do recurso, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert) e a Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra) manifestaram-se ao ministério dizendo que não teriam tempo para implantar a tecnologia.

Assim, o Minicom deu novo prazo de 30 dias, que depois foi estendido por outros 90. Ao fim deste prazo, o ministério colocou o texto da norma pela segunda vez em consulta pública, sem acessibilidade para pessoas com deficiência visual. À época, em entrevista a este **Observatório**, Paulo Romeu classificou a nova consulta como “totalmente inútil”.

### **Diário Oficial**

Segundo o site do Ministério das Comunicações, a portaria publicada pelo Diário Oficial da União de sexta-feira (27), coloca em consulta a minuta de uma nova portaria, que altera o texto da norma sobre audiodescrição. O subitem 3.3 passa a definir audiodescrição como "a narração, em língua portuguesa, integrada a o som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual".

Já o item 7 aponta os prazos para que a audiodescrição entre em vigor, propondo um cronograma no qual as emissoras que já estão transmitindo em sistema digital têm 12 meses, a partir de 1º de julho de 2010, para começar a fazer a audiodescrição. Inicialmente, pela proposta, as emissoras teriam que transmitir no mínimo duas horas semanais de programação audiodescrita. Esse tempo vai aumentando gradativamente, até a obrigação de transmitir 24 horas semanais de conteúdo audiodescrito no prazo de 11 anos.

As emissoras que ainda não transmitem em sinal digital terão o mesmo prazo para adaptação, mas este será contado a partir da autorização para operação no novo sistema.

Na proposta original da Portaria 310/2006, a veiculação inicial seria de duas horas diárias, no mínimo, depois de vinte e quatro meses ou dois anos de carência para preparação das emissoras. A acessibilidade aumentaria gradualmente, e ao fim de 10 anos, a programação seria 100% acessível. Comparativamente, a nova proposta é bem mais limitada, já que ao final de 11 anos a quantidade satisfatória de programação acessível é de 24 horas semanais. Essa medida vai contra os interesses de 16,5 milhões de pessoas com deficiência visual total e parcial.

## 5- AUDIODESCRIÇÃO PARA CRIANÇAS

As pessoas com deficiência não mais aceitam ser discriminadas ou vistas com base em uma de suas características. Por isso, fazem ouvir a sua voz nos mais diversos âmbitos sociais, reivindicando os seus espaços e consolidando as suas conquistas, fundamentando-se numa base justa e ética de igualdade de direitos e oportunidades.

A consciência crítica de uma sociedade que se transforma para a inclusão vem emergindo e se reflete no que está registrado em vários documentos internacionais sobre direitos humanos, que afirmam os direitos dos alunos com deficiência à participação em escolas comuns ou regulares, impedindo que modelos tradicionalistas coloquem a escola a serviço de uma manutenção da exclusão por razão de deficiência.

### **2 – Do direito e garantias ao acesso comunicacional das crianças com deficiência**

O artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, consagra o princípio da igualdade de direitos entre os homens: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”

A propagação desses direitos dar-se-á tipicamente no âmbito do sistema educacional como afirma o artigo 26 dessa mesma declaração:

1. I) Todo o homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

III) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 26, grifo nosso).

A seu turno, o texto da Declaração Universal dos Direitos do Deficiente traz no item nº. 10: “As pessoas deficientes deverão ser protegidas contra toda exploração, todos os regulamentos e tratamento de natureza discriminatória, abusiva ou degradante” (Declaração Universal dos Direitos das Pessoas Deficientes, 1975, item 10).

Já a Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 5º., determina: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)” E no artigo 206, a Carta Magna de 1988 afirma: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola(...)” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, artigo 206, item II).

Reforçando esse conjunto de documentos legais que versam sobre igualdade de oportunidades sociais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069) é bastante enfático no que tange a garantia de direitos fundamentais da criança, afastando-a de toda forma de negligência, inclusive a da não oferta de acessibilidade a informação/comunicação.

Artigo 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

Em consonância com o ordenamento jurídico supracitado, a Assembléia Geral da ONU aprovou o documento “Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência” (1996), que diz:

As autoridades da educação comum são responsáveis pela educação de pessoas com deficiência em ambientes inclusivos. Elas devem garantir que a educação de pessoas com deficiência seja uma parte integrante do planejamento educacional nacional, do desenvolvimento de currículo e da organização escolar.

A educação em escolas comuns pressupõe a provisão de intérprete e outros serviços de apoio adequados. Serviços adequados de acessibilidade e de apoio, projetados para atender às necessidades de pessoas com diferentes deficiências, devem ser prestados.

Essa Declaração estampa, com clareza solar, que dentre os “serviços adequados de acessibilidade e de apoio” à pessoa com deficiência estão a acessibilidade à informação/comunicação, sem o que os alunos com deficiência não têm equiparadas as condições que lhes permitirão galgar os níveis mais superiores da educação.

Na esteira do entendimento de que é devido às crianças às condições que lhes permitam aprender em mesmo ambiente com seus pares, em pé de igualdade, a Declaração de Salamanca traz no seu item nº. 2:

1. d) (...) Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.
2. e) Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.” (Declaração de Salamanca, 1994, item nº. 2).

Mais recentemente, consolidando o que aqui já foi exposto, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada dia 9 de julho de 2008, afirma, em seu Artigo 24, que “As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.”

Essa previsão legal corrobora a anterior, lei maior da educação brasileira, a LDB que assim reza:

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

## CAPÍTULO V

### DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

- 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
- 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.
- 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

Sobre o alicerce legal, hora construído, resta claro que as crianças têm direito a receber a educação condizente com suas necessidades educacionais, em ambientes inclusivos, com a equiparação das condições de aprendizagem; que é dever do Estado prover os recursos para que as crianças possam desfrutar do direito à educação, possibilitando o acesso à comunicação, à informação e ao conhecimento, conforme suas necessidades e potencialidades.

Como podemos depreender, fica evidente que as crianças são dotadas do direito à informação/educação desde o zero anos, direito esse devido a todas as pessoas.

Negligenciar, pois, a oferta de recursos assistivos, tais como a comunicação facilitada, para pessoas com autismo, a interpretação em Libras, para as pessoas surdas, e a áudio-descrição para as pessoas com deficiência visual constitui flagrante afronta a nossa Carta Maior, bem como clara discriminação por razão de deficiência (lei 3956/2001). Simplesmente porque essa negligência leva a criança com deficiência a uma situação de incapacidade para o aprender; limite para o seu lazer e impedimento ao conhecimento de forma geral.

### **3 – As imagens, a pessoa com deficiência visual e a áudio-descrição**

Psicólogos, educadores, família, cuidadores das crianças, de há muito perceberam a importância das imagens na educação das crianças pequenas. É por intermédio da observação de configurações bidimensionais planas, desenhos, fotos etc., que se pode trazer um mundo intangível, invisível e mesmo inaudível às crianças pequenas.

Com as imagens se pode mostrar a neve à criança, mesmo ela estando à beira da praia no nordeste brasileiro, assim como se pode, por imagem computadorizada, mostrar um bebê na barriga da mãe, revelando se ele é menino ou menina. Também são pelas imagens saídas do pincel de um artista, que se pode ter acesso a um mundo construído (não necessariamente real), pela capacidade humana de produzir representações mentais, sejam originárias da imaginação, propriamente dita, da optificação, ou originárias de representações mentais (Lima,1998) feitas pelas pessoas cegas congênitas totais , por exemplo.

Segundo Revesz (1950), a optificação é a capacidade de construir imagem originária do toque em algo quando não se tem a informação visual do objeto. A imaginação, por sua vez, é a capacidade de produzir imagem, pela experiência visual e/ou mediação visual, estando ou não presente o objeto imaginado.

De acordo com Lima (1998), a representação mental independe da experiência visual e é encontrada principalmente nas pessoas cegas congênitas totais.

Sob essa condição, aquilo que é produzido na mente como representação do objeto real externo, ou mesmo pela criação do ser cognoscente, não terá da mediação da visão dependência e nem necessitará de experiência visual prévia para uma construção de um banco imagético na memória.

Assim, as três linhas divergentes a respeito da capacidade de a pessoa cega congênita total compreender as imagens e delas fazer bom uso, beneficiando-se dos ganhos linguísticos (da aquisição lexical), ganhos lúdicos (a possibilidade de brincar com desenho, desenhar ou pintar etc.) e ganhos sociais (participando, em pé de igualdade, de eventos eminentemente visuais como a leitura de uma história em quadrinhos, um passeio turístico pelo museu etc), dão lugar a uma só compreensão: as pessoas são capazes e os limites que têm são superáveis (Lima, 2000 e 2008).

Na área das imagens, os indivíduos com deficiência visual são capazes de entendê-las. Os limites podem ser superados com, por exemplo, a provisão da áudio-descrição dos eventos visuais.

Contrário a isso, para os que acreditam na preeminência da visão, defendendo que só ela é capaz de julgar com perfeição \_\_ entendimento aristotélico (Aquinas, 1995)\_\_ as crianças cegas não se beneficiariam do mundo das imagens, logo, devendo este ser denegado à criança com deficiência visual. Tal visão, ainda hoje partilhada por muitos, limitam, por vezes incapacitam aquelas pessoas do acesso à cultura, à educação e ao lazer de que a imagem faz parte.

Para o segundo grupo, que acredita na limitação imposta pela falta de experiência visual aos indivíduos cegos congênitos totais, a compreensão do mundo visual pelas pessoas cegas só pode se dar, e em parte, pela experiência tátil, que ao entender desse grupo, é limitada, por vezes, imprecisa e de baixa resolução.

Sob essa égide, apenas as pessoas que ficaram cegas, após cinco ou mais anos de vida, manteriam a capacidade da imaginação, conforme definida anteriormente, e só os “cegos adventícios” teriam a capacidade de compreender eventos visuais, dentre os quais fotos, filmes, pinturas etc.

Sendo o número de pessoas com deficiência congênita significativamente menor que os “cegos adventícios”, essa compreensão equivocada, e mesmo preconceituosa, tem muita aceitação inclusive entre as próprias pessoas com deficiência visual adventícia (deficiência advinda de acidentes, doenças ou da longevidade, fatores de grande causa de deficiência visual ).

Para o terceiro grupo, a mediação da visão ou experiência visual não é determinante para que uma pessoa seja capaz de produzir, reconhecer, representar configurações visuais (Lima, 2000b). Neste caso, a limitação imposta pela ausência da visão será suprida por recursos internos, tanto quanto recursos externos como as tecnologias assistivas, aí englobando também, os serviços assistivos (Lima e Soares, 2007).

Acordes com esse grupo, a oferta de informações hápticas, por exemplo na forma de desenhos ou mapas em relevo, bem como na forma oral, como na oferta da áudio-descrição às pessoas cegas ou com baixa visão, levará essas pessoas ao uso ótimo de

suas capacidades cognitivas para compreender eventos visuais, os quais a pessoa vidente pode achar impossível de se alcançar.

No embate dessas três linhas de compreensão sobre a capacidade da pessoa cega beneficiar-se do mundo imagético (Kitchin et al, 1997), ao imperar o primeiro entendimento, a pessoa com deficiência visual será excluída do mundo social, visual e terá seu direito à informação/comunicação sumariamente denegado.

Ao predominar a compreensão do segundo grupo, apenas alguns eventos visuais terão formatos acessíveis às pessoas com deficiência visual, porém, e provavelmente, pelo crivo (escolha) de terceiros, a respeito do que vai ou não vai “ser visto” por essas pessoas. Isso implicará, como de fato vem acontecendo, na limitação da independência das pessoas com deficiência visual, com a consequente usurpação de seu empoderamento.

Ao prevalecer a compreensão de que a experiência visual ou a mediação visual não é determinante para a compreensão imagética, a busca de recursos assistivos, garantidoras da acessibilidade à informação visual, ganhará “maiores reforços” e contribuirá, certamente, para a inclusão social das pessoas com deficiência, no sentido mais amplo.

Neste contexto, os investimentos na pesquisa com a produção háptica e na pesquisa e provisão de serviços como o da áudio-descrição deixarão de ser vistos como gastos para serem tratados como serviços essenciais, prioritários e indispensáveis para o acesso à informação, cultura, educação, lazer e também saúde das pessoas com deficiência visual.

Ao se entender, na medida exata, as imbricações do que expusemos acima, a tomada de consciência a respeito da importância do mundo imagético para as pessoas cegas, tornado acessível por meio de recursos de tradução háptica ou oral, será uma consequência e não se protelará mais o ensino de configurações visuais às crianças, desde a mais tenra idade, conforme defendido por Lima (2001).

A seguir serão discutidos alguns aspectos da áudio-descrição (tradução oral). Quanto à tradução háptica, sugere-se a leitura dos estudos de Lima (1998, 2001), de Lima e Da

Silva (1997, 2000 e 2008), aprofundados mormente quando tratou da recodificação da captura háptica para a transcrição pictórica (Lima, Heller e Da Silva, 1998).

A técnica tradutória da áudio-descrição, recurso assistivo de incontestável relevância para inclusão da pessoa com deficiência visual é um gênero textual, cujas diretrizes incluem procedimentos desde a sua produção até a oferta do serviço ao público cliente. Essas diretrizes versam a respeito de como lidar com o público com deficiência visual, do atendimento a ele devido; da atenção para com suas necessidades de pessoa com deficiência; do respeito à idiosincrasia de cada um dos clientes etc (Lima et al, 2010).

Enquanto tradução visual, a áudio-descrição não é áudio, embora mantenha relação semântica com este, e não é descrição, embora traga da descrição constructos que servirão para essa técnica tradutória.

Na união da descrição com o áudio, na áudio-descrição, o visual descrito/narrado, é significativamente diferenciado da descrição, tanto pela intenção comunicativa, como pela natureza eminentemente garantidora de direito à informação e/ou comunicação às pessoas com deficiência visual.

A áudio-descrição traduz as imagens e outros eventos visuais intangíveis, inaudíveis, inodoros à percepção da pessoa com deficiência visual, em palavras a serem ouvidas diretamente pela fala de um locutor; pela leitura sintetizada de um leitor de telas; pela comunicação oral de um professor que lê, ao seu aluno, a áudio-descrição contida num livro; pela própria leitura do estudante que tiver a áudio-descrição em Braille, em seu livro; pelo aluno com deficiência visual da áudio-descrição, escrita em Braille; ou mesmo pela leitura do próprio áudio-descritor que, em um cinema, por exemplo, pode ler as legendas de um filme em língua estrangeira etc.

Assim, não está no suporte a definição do que vem a ser a áudio-descrição, nem mesmo na similaridade que ela tem com uma descrição verbalizada por alguém, gravada ou simultaneamente falada.

Outra característica importante e definidora da áudio-descrição é o fato de ela traduzir as imagens sem, contudo, ser o tradutor do evento visual, um interpretador da mensagem, o que significa dizer que um áudio-descritor não pode dizer de sua opinião do que está sendo visto. Ele é a ponte entre aquele evento e o sujeito cliente do

serviço, devendo dar a este os subsídios necessários e pertinentes à compreensão do evento.

Em outras palavras, um áudio-descritor não diz o que ele acha, não oferece suas inferências, mas diz o que ele vê, oferecendo ao cliente as ferramentas que permitirão a este tirar suas próprias conclusões do que está sendo apresentado, com igualdade equiparada de condições disponíveis aos assistentes do evento visual.

O empoderamento do sujeito com deficiência visual é meta na áudio-descrição, e não uma mera descrição ou narração do evento.

A áudio-descrição é nova no Brasil, e sua produção, oferta e recepção resultam de esforços de valorosos áudio-descritores. Entretanto, são incipientes, em nosso país, os estudos a respeito de sua produção, provisão e implicação educacional, no sentido mais estrito; e social, num sentido lato.

As pesquisas a respeito de como as pessoas com deficiência visual compreendem os eventos visuais, de como as representações linguísticas melhor traduzem as imagens etc. precisam ser levadas em consideração, embora muito pouca literatura esteja disponível em língua portuguesa, o que requererá esforços, mormente de apoio à pesquisa para que esses estudos sejam produzidos e divulgados, no Brasil, junto à comunidade educacional, entre os professores, entre o público alvo (as próprias pessoas com deficiência visual têm muito pouco acesso à informação de como as imagens são processadas, de como podem valer-se das convenções visuais para uma interação social com os videntes etc).

Todos esses aspectos estão, de uma forma ou de outra, imbricados na produção das áudio-descrições, isso sem dizer das barreiras atitudinais, que podem interferir no ato tradutório, como demonstra Lima (2010), em trabalho ainda não publicado, ao examinar algumas áudio-descrições brasileiras.

Nesse trabalho inédito, mostra como a barreira atitudinal levou o áudio-descritor a dizer: “apesar de cego...corre pela quadra”. Ora, regra básica da áudio-descrição é traduzir o que se vê e, não se vê “apesar”... (Lima 2010).

Então, o que levou a se traduzir dessa forma? Certamente não foi desconhecimento das diretrizes tradutórias ou falta de experiência com a tradução visual da áudio-descrição, podendo, portanto, ser a influência de uma construção histórica a respeito da pessoa com deficiência que a entende como incapaz para algumas atividades, por exemplo, a de ela correr desacompanhada numa quadra de esportes.

Na meta maior da áudio-descrição, oferecer aos indivíduos cegos as condições de, independentemente, chegarem às suas próprias conclusões a respeito do evento visual, isto é, a provisão da acessibilidade comunicacional, informacional, com igualdade de condições, sem paternalismos ou outras formas de barreiras atitudinais, o áudio-descritores não se deixará cair nessa “cilada tradutória”.

O empoderamento da pessoa com deficiência, a partir da áudio-descrição, portanto, faz parte dos atributos que distinguem a descrição da áudio-descrição, ainda que esta possa apresentar-se na forma de texto, num livro, ou na descrição de uma imagem, num *software* ou página da *internet*.

Como mencionado, a baixa expectativa quanto à capacidade de a pessoa cega fazer uso ótimo das imagens, dos eventos visuais, tem levado a uma situação de negação do direito à informação, ao conhecimento. Essa exclusão vem ser quebrada quando há a oferta da áudio-descrição, posto que é o empoderamento da pessoa que se busca, não o mero relato daquilo que se está vendo, ou que alguém acha que deve ser contado ao indivíduo cego ou com baixa visão.

Prover a áudio-descrição é oferecer a descrição do que é visto, do que é observado, cabendo ao cliente descartar as informações que não considerar relevantes para seu próprio uso.

Assim, o áudio-descritores não vai oferecer a informação de que uma dada pintura retrata “um dia belo”, mas a informação de que “o dia está ensolarado, e que pipas grandes e pequenas colorem o céu azul”. Se o cliente achar isso belo, bem, será a conclusão dele e não a do áudio-descritores, que considera a cena bela.

A áudio-descrição, em última instância, é tradução visual que passa pelo crivo do tradutor, mas que não pode ser censurada por este, com base na deficiência visual de seu cliente, embora a técnica possa necessitar de filtro em função de limites temporais

(como no caso de uma tradução simultânea ou gravada), ou espaciais (como numa tradução escrita, impressa ou eletronicamente oferecida numa página na *internet*).

## **Conclusão**

Em nosso país, é crime negligenciar as crianças, negando-lhes a educação, a qual deve ser oferecida com qualidade e igualdade de acesso a todas, desde zero ano.

Nossa Constituição define o lazer como um dos direitos da pessoa, sendo vedado discriminar a quem quer que seja, sob qualquer argumento, ao acesso desse direito ou de qualquer outro. Internacionalmente, a criança é protegida por Convenções as quais o Brasil está obrigado a obedecer, como por exemplo a Convenção sobre os direitos da pessoa com Deficiência, que passou a vigorar no país como Emenda Constitucional, em julho de 2008.

As crianças são dotadas de todos os direitos e estão, portanto, protegidas de toda forma de negligência ou afronta à sua dignidade.

Garantir às crianças com deficiência visual o direito à informação, à educação e ao lazer são preceitos constitucionais que a sociedade deve observar, sendo o Estado responsável e devendo ser responsabilizado, caso não respeite tais direitos.

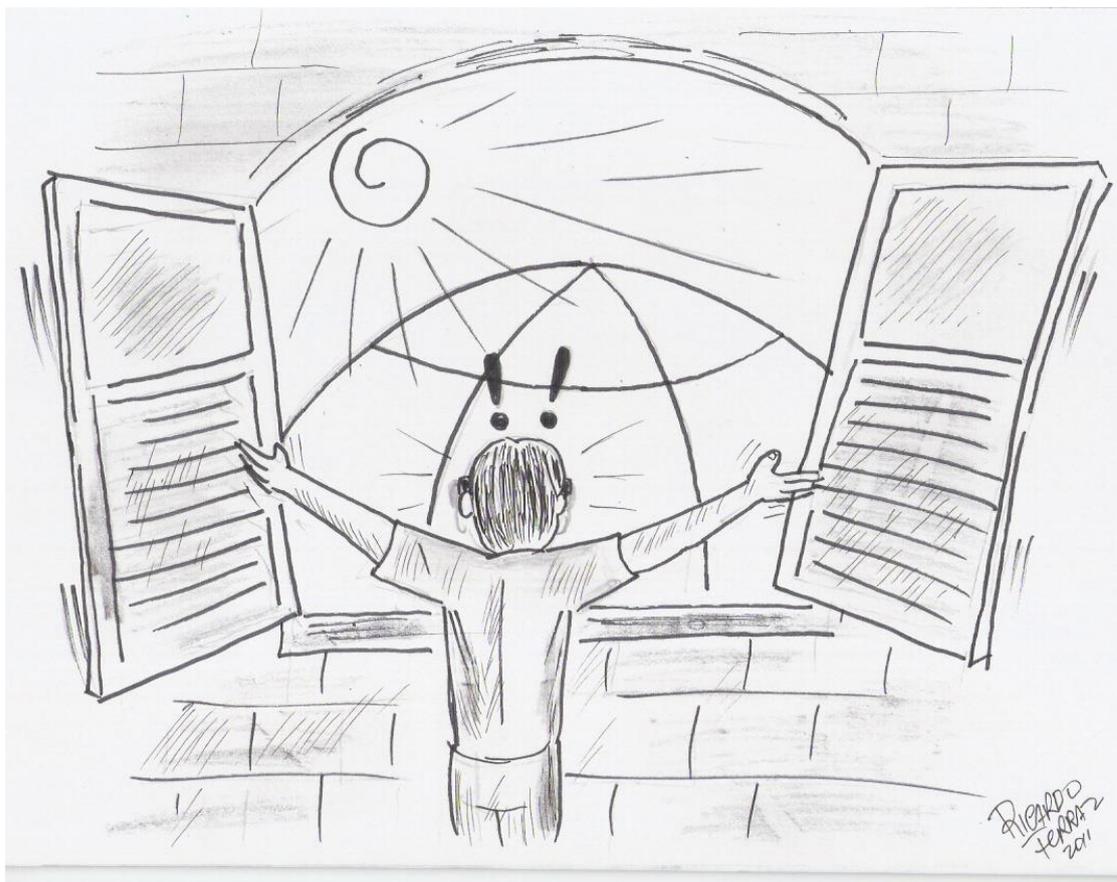
A áudio-descrição é uma das formas de oferecer acessibilidade comunicacional, acesso à informação, à educação, à cultura e ao lazer à pessoa com deficiência visual, seja ela adulta ou criança.

Essa técnica de tradução visual requer atenta preocupação do áudio-descritores para que, ao oferecê-la, não reproduza barreiras atitudinais que, inclusive, venham desqualificar seu próprio trabalho.

O ato tradutório do áudio-descritores deve primar pela busca do empoderamento da pessoa com deficiência, colaborando para sua inclusão social, cultural, de lazer e educacional. Jamais deve, o áudio-descritores, ser censor moral daquilo que descreve, devendo, pois, ser honesto com a fonte imagética, com o destinatário da mensagem visual, e com aquilo que vê.

Em suma, pelo que sustenta este artigo, não se trata de perguntar quando se vai oferecer a áudio-descrição (ela é devida à pessoa com deficiência, logo tem de ser ofertada agora), mas de se buscar as condições para melhor formar os áudio-descritores; melhor prover o serviço de áudio-descrição e melhor aparelhar o público alvo para a recepção desse serviço, começando com a criança pequena, lá na escolinha, até o adulto na universidade ou em outro lócus social.

## 6- AUDIODESCRIÇÃO NAS ESCOLAS



**Descrição:** A charge de Ricardo Ferraz mostra um jovem de braços bem abertos de frente para uma janela aberta, por onde podemos ver o globo terrestre e o sol brilhando.

Vivemos em um mundo visual que exprime significados pelas imagens e nas imagens que são produzidas e reproduzidas continuamente em jornais, revistas, livros, internet, além daquelas que são clicadas freneticamente por milhares de usuários de celulares que passam a compartilhá-las nas redes sociais.

A escola como *locus* de construção de saberes e de formação de cidadãos precisa preparar docentes que sejam capazes de fazer a leitura desse mundo caoticamente imagético e de ensinar seus alunos a fazê-lo. Além disso, no contexto escolar, filmes, cartazes, eventos, os livros didáticos repletos de fotografias, charges, desenhos, gráficos, tabelas, mapas, tirinhas e histórias em quadrinhos, fazem sistematicamente parte da rotina pedagógica. Tanto as imagens estáticas como as

---

dinâmicas são utilizadas não somente para ilustrar, chamar a atenção e tornar as aulas mais atraentes, mas também para complementar o entendimento do texto, do tema em estudo e torná-los mais facilmente compreendidos ou assimilados. Todas têm significado, daí a necessidade de fazer a leitura e traduzi-las em palavras, considerando principalmente a diversidade de alunos em sala de aula e as possíveis barreiras comunicacionais.

A citação abaixo de Ferreiro (2001) incentiva professores a olhar para a diversidade como uma vantagem pedagógica e não como um problema. Uma grande oportunidade de enriquecimento da prática pedagógica.

*É indispensável instrumentalizar didaticamente a escola para trabalhar com a diversidade. Nem a diversidade negada, nem a diversidade isolada, nem a diversidade simplesmente tolerada. Também não se trata da diversidade assumida como um mal necessário ou celebrada como um bem em si mesmo, sem assumir seu próprio dramatismo. Transformar a diversidade conhecida e reconhecida em uma vantagem pedagógica: este me parece ser o grande desafio do futuro (FERREIRO (2001) apud LERNER, 2007)*

A diversidade obriga escolas e professores a repensar a dinâmica de sala de aula, a introduzir novas ferramentas que possam colaborar para o sucesso de tarefas, dentre elas a tarefa de promover o acesso a esse universo repleto de imagens para todos os alunos, incluindo alunos com deficiência visual, alunos com dificuldades de aprendizagem, alunos que não conseguem compreender aquilo que leem, para despertar a curiosidade e ampliar sua visão de mundo. Aprender a ler imagens pode colaborar para a formação de alunos mais críticos, mais capazes de compreender os aspectos culturais, históricos e sociais contidos nas informações visuais. Aprender a ler imagens terá um impacto na leitura do próprio texto.

O objetivo principal deste artigo é tornar a audiodescrição conhecida por professores, do ensino infantil à universidade, para que possam utilizá-la como recurso de acessibilidade e ferramenta pedagógica que ajude na remoção das barreiras comunicacionais na escola, lugar em que se utilizam, fartamente, recursos

imagéticos. Sem dúvida, uma oportunidade para abrir mais caminhos para leitura de mundo, considerando que leitor não é apenas aquele que lê livros, mas também aquele que lê imagens. O ato de ler, segundo Santaella (2012), não se limita à decifração de letras, expande-se também para todos os tipos de imagem, diagramação de texto, tipos gráficos, tamanho de letras e páginas.

Que o conhecimento sobre audiodescrição possa, dessa forma, contribuir para transformar a escola em um lugar cada vez mais possível para a diversidade, um lugar mais justo e inclusivo, que forme cidadãos do mundo e para o mundo. O conceito de audiodescrição e sua aplicabilidade serão discutidos na primeira seção.

## **1. Audiodescrição: conceito e aplicabilidade**

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade comunicacional que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em todos os tipos de eventos, sejam eles acadêmicos, científicos, sociais ou religiosos, por meio de informação sonora. Transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos, pessoas com déficit de atenção, autistas, disléxicos e outros.

O uso do recurso tem sido cada vez mais frequente em espetáculos (peças de teatro, musicais, espetáculos de dança, espetáculos de circo, shows, *stand ups*, óperas e outros), programas de televisão, produtos audiovisuais, livros, publicações *online*, *eventos sociais* (casamentos, batizados e chás de bebê) e exposições em museus, principalmente nos grandes centros, sendo responsável por um movimento de inclusão cultural. Pessoas cegas e com baixa visão também podem ser consumidoras de cultura, desde que sejam respeitadas em seus direitos de acessibilidade comunicacional. Quem assiste a um espetáculo, evento, produto ou programa de TV com audiodescrição percebe como é bom ter acesso às informações que as pessoas que enxergam têm, sente-se respeitado e incluído. Passa a reivindicar o recurso em outros produtos, programas, eventos ou espetáculos e a compor um novo público consumidor de cultura que tem acesso à arte, informação e cultura por meio das palavras.

Mesmo as pessoas sem deficiência têm notado que o recurso aumenta o senso de

observação, amplia a percepção e o entendimento, mostra e desvela detalhes que passariam despercebidos. Pessoas com deficiência visual que perderam a visão depois de adultos afirmam que a audiodescrição devolve o prazer de assistir a espetáculos audiovisuais. Sentem-se incluídas, respeitadas, em igualdade de condições para discutir com outras pessoas. Além da ampliação do entendimento, expandem-se também o repertório cultural, o conhecimento de mundo, as oportunidades para refletir, tecer ligações com experiências já vividas.

Em peças teatrais, espetáculos de dança, circo, óperas, shows, musicais e outros, a audiodescrição é sempre feita ao vivo, usando para isso os mesmos equipamentos de tradução simultânea, fones de ouvido e receptores. A informação sonora é transmitida pelos audiodescritores de dentro de uma cabine acústica, com um roteiro previamente preparado, estudo sobre o tema e terminologia, inserida preferencialmente entre as falas dos personagens ou pausas do espetáculo. Em filmes e outros produtos audiovisuais, a audiodescrição poderá ser gravada em estúdio, mixada e inserida na trilha original, respeitando as falas de personagens ou narradores, evitando a sobreposição.

Em alguns congressos, seminários, ciclos de palestras e outros eventos acadêmicos, a audiodescrição também já vem sendo utilizada, enfatizando a preocupação com o direito das pessoas com deficiência de acesso à comunicação e à informação. Nestes eventos, são audiodescritas imagens de slides, vídeos, a caracterização dos palestrantes, o auditório e o registro da presença de convidados e autoridades. As pessoas com deficiência visual recebem receptores e fones de ouvido e podem, dessa maneira, escutar a audiodescrição que é inserida, preferencialmente, em momentos de pausa do palestrante ou em momentos em que a sobreposição de falas não comprometa o entendimento.

Em museus, telas, esculturas e outras obras de arte, núcleos multimídia, instalações, mesmo que não possam ser tocados, poderão ser apreciados se a audiodescrição for utilizada, o que será essencial para o conhecimento do ambiente com suas características arquitetônicas, bem como do histórico e especificidades técnicas das obras expostas, além de ser também complemento para o entendimento de maquetes e mapas táteis. É importante ressaltar que as informações fornecidas pelo tato serão mais significativas e, por conseguinte, melhor compreendidas se contarem com a mediação da linguagem verbal.



**DESCRIÇÃO:** A charge de Ricardo Ferraz mostra diversas pessoas com deficiência visual em um museu: uma mulher e dois homens com fones de ouvido e receptores tocam esculturas. Um jovem cego com fones de ouvido observa uma tela na parede.

A audiodescrição em museus poderá ser gravada em audioguias ou feita ao vivo por monitores. O audioguia é um sistema de locução para visitas em museus, centros e monumentos históricos, centros culturais e outros, já usado há bastante tempo em museus da Europa para permitir a todo visitante uma visita informada e autônoma. Antigamente, os audioguias eram gravados em fitas cassete e hoje são gravados em aparelhos de *iPod* que têm mais recursos de navegação, além de serem menores e anatômicos. Um audioguia com audiodescrição contém mais informações descritivas, que permitirão a visualização do local, das obras de arte e monumentos lá expostos.

Na televisão, a audiodescrição começou a ser implementada em julho de 2011,

depois de grandes embates entre pessoas com deficiência visual e audiodescritores de um lado, radiodifusores e Ministério das Comunicações do outro. De duas horas diárias, como era previsto por lei para ser implementado em 2008, chegando a 100% da programação televisiva em 10 anos, a carga horária de programação audiodescrita foi drasticamente reduzida para insignificantes 2 horas semanais a partir de julho de 2011 e ampliada para 4 horas semanais em julho de 2013. O recurso está disponível em alguns programas nos canais digitais de emissoras com sinal aberto, em um segundo canal de áudio.

O que pensam as pessoas com deficiência visual sobre o recurso é o tema da próxima seção.

## **2. Depoimentos**

Os depoimentos de pessoas com deficiência visual que apresento abaixo enfatizam a importância do recurso como instrumento de inclusão e ajudam a compreender seu conceito e benefícios.

*Minha primeira experiência com audiodescrição foi no Teatro Vivo, em São Paulo, na apresentação da peça Vestido de Noiva. Aguardando o início do espetáculo, também esperava para saber o que e como seria a audiodescrição. Antes, só havia ouvido falar. O audiodescritor começou a descrever o teatro. A riqueza de detalhes, a precisão com que ele apresentava o cenário, o palco, me deixou fascinado. Não esperava tanta informação dada com tanta qualidade. Começou a peça. Nos intervalos das falas, vozes que descreviam as cenas. Foi emocionante tomar conhecimento de detalhes que só a visão poderia me dar. No entanto, estava tudo ali, me sendo apresentado, de forma precisa e no tempo exato para não atrapalhar o diálogo dos personagens. Experimentei algo diferente. Era como se eu estivesse vendo o que estava acontecendo. A audiodescrição é o que faltava para as pessoas com deficiência visual nos teatros, cinemas, vídeos, estádios de futebol e muitos outros locais onde a ausência da visão exija uma descrição daquilo que não pode ser percebido pelos outros sentidos. (Markiano*

Charan Filho – após exibição da peça *Vestido de Noiva* no Teatro Vivo/SP)

*Na última quarta-feira, fiz parte de um grupo de cegos que tiveram a alegria, o prazer e a emoção de assistir à pré-estreia da peça O Andaime, em cartaz no Teatro VIVO, em São Paulo. Nem vou falar da qualidade da peça em si, fantástica, muito divertida, mas do prazer que tive ao sair dali podendo fazer os mesmos comentários que as demais pessoas, ao invés de ser aquele chato fazendo mil perguntas sobre cada cena que não entendeu, ou aquele bobão que não entende as piadas e só ri depois que alguém lhes explica. Há tempos que venho falando sobre a falta que a audiodescrição faz para as pessoas cegas em cinemas, teatros e na televisão, mas sempre de forma teórica, porque iniciativas como essa ainda são tão raras que mal dá para sentirmos o gosto. É como comer o último pedaço de algo muito gostoso: fica a vontade de quero mais* (Paulo Romeu Filho – após

exibição da primeira peça brasileira com audiodescrição *O Andaime*, no Teatro Vivo/SP)

*A experiência de assistir uma ópera com audiodescrição para mim é fundamental para o entendimento e integração do deficiente visual. Eu já havia assistido outras óperas, mas a única parte que eu conseguia apreciar era a música, mas nunca entendia a história e jamais podia conversar a respeito com outras pessoas. A experiência de assistir uma ópera com audiodescrição é como se alguém nos emprestasse os olhos.* (Ersea Maria Alves – após a exibição das óperas *Rigoletto* e *Norma* no Theatro São Pedro/SP)

*A audiodescrição é uma mágica que faz os cegos enxergarem. Pude sentir o resultado de um trabalho maravilhoso de acessibilidade cultural, não pensei que fosse tão bom, tão eficiente. Realmente funciona e é muito gratificante poder entender todo movimento do*

*espetáculo. Vale a pena VER de NOVO !!!* (Roberto Cavalcante – após a exibição da ópera *Rigoletto* no Theatro São Pedro/SP)

*Ontem, só foi possível me emocionar, rir e chorar em vários momentos da peça, a partir de alguém que traduziu imagens em palavras. Me senti respeitada, incluída de fato numa sociedade que ainda exclui, mas que com ações como esta, transforma a cada dia.* (Jucilene Braga – após a exibição da peça *Ensina-me a Viver* no Teatro das Artes/SP)

Lima (2010), pesquisador e professor de cursos de audiodescrição, destaca que as pessoas com deficiência visual ficam, geralmente, excluídas do direito ao lazer e à educação, devido às barreiras comunicacionais, que impedem o pleno acesso às imagens e às artes visuais. A audiodescrição é, sem dúvida, um instrumento que possibilita desconstruir essas barreiras.

Franco e Silva (2010), ao discutirem as pesquisas de Packer, Schmelidler e Kirchner, apontam para alguns dos benefícios trazidos pela audiodescrição, a saber: a aquisição de conhecimentos sobre o mundo visual, principalmente aqueles ligados a normas de interação social, como linguagem corporal e vestuário; independência e autonomia, com conseqüente liberação de familiares e amigos da tarefa de descrever os programas e eventos, além da ampliação do repertório cultural.

A próxima seção trata da expansão da audiodescrição.

### **3. Divulgar para multiplicar possibilidades de uso**

Tem sido grande o esforço para divulgação da audiodescrição, para que mais e mais pessoas com deficiência visual e sem deficiência conheçam e passem a reivindicar o uso do recurso em um maior número de espaços. Também os professores podem contribuir para essa multiplicação, informando-se sobre os eventos culturais acessíveis para divulgá-los para seus alunos e incentivá-los a participar. O acesso às artes é essencial para o desenvolvimento de habilidades para a vida acadêmica e profissional, possibilitando que o aluno teça e estabeleça ligações com o aprendido em sala. Assistir a filmes, peças de teatro, óperas, espetáculos de dança e outros eventos acessíveis, certamente, irá contribuir para a formação cidadã dos alunos,

ampliando o conhecimento de mundo para ambos, alunos e professores.

É, portanto, necessário conhecer e aplicar na escola os recursos que já vêm sendo usados em outros contextos para a remoção de barreiras comunicacionais. Isso não quer dizer será obrigatória a presença de um audiodescritor na escola, como acontece com os intérpretes de língua de sinais. O argumento que defendo é que o conhecimento sobre o recurso e sobre seus benefícios, aplicabilidade e técnicas permitirá que possa ser utilizado como ferramenta, o que sem dúvida poderá contribuir para o enriquecimento do agir pedagógico e para a abertura de mais oportunidades de aprendizagem para os alunos cegos e com baixa visão, além de alunos com deficiência intelectual, alunos com dislexia, com déficit de atenção, autistas e, mesmo, alunos sem deficiência.

As escolas têm avançado em termos de recursos e formação de seus docentes. Há uma mobilização em busca de cursos e oficinas que discutam especificidades das deficiências, adaptações e tecnologias assistivas. Cada vez mais as jornadas pedagógicas de escolas públicas e particulares, semanas de planejamento e reuniões pedagógicas têm incluído em suas pautas temas ligados à inclusão de alunos com deficiência.

Entretanto, mesmo com o avanço das tecnologias assistivas e das conquistas já alcançadas pela escola inclusiva, os alunos com deficiência visual ainda encontram dificuldades em seu processo de aprendizagem. Esses entraves vão desde a falta ou demora para que materiais em braille e ampliados, ou mesmo para que livros acessíveis cheguem à escola, até o despreparo de alguns professores na adaptação de atividades, procedimentos e estratégias usados em sala de aula, passando pela falta de incentivo e motivação por parte dos pais e até porque as próprias pessoas com deficiência desconhecem seus direitos e os novos recursos que poderiam utilizar para alavancar seus estudos. Algumas dificuldades e possibilidades do processo de aprendizagem de alunos com deficiência visual serão discutidas a seguir.

#### **4. O Processo de aprendizagem de alunos com deficiência visual: dificuldades e possibilidades**

Nunes e Lomônaco (2010), em estudos sobre a educação do aluno com deficiência visual constataram que os fatores que mais interferem no processo de escolarização referem-se à falta de recursos, falta de preparo do professor e falta de conhecimento sobre a capacidade de aprendizagem desses alunos. Apontam que, em muitos casos, a fala do professor constitui praticamente o único recurso para a aprendizagem em sala de aula. Os autores mencionam, ainda, o alto índice de repetência e de evasão escolar como dois fatores ligados à escolarização dos alunos com deficiência visual.

Masini (1997) afirma que esses alunos podem encontrar dificuldades em criar um sistema de significação em virtude da falta de observação direta de ações, objetos, do movimento do corpo e das expressões fisionômicas e gestuais, instrumentos de mediação semiótica que ajudam no entendimento e que são explorados na sala de aula.

De fato, conforme discutido por Masini e Motta (2004), as crianças cegas podem ter dificuldades de aprendizagem se não tiverem uma educação que lhes permita explorar o mundo e o seu próprio potencial, com experiências ricas de aprendizagem que serão importantes para a constituição do sujeito. Mesmo que a visão seja uma das principais fontes de acesso às informações, isso não significa que seja a única. Os outros canais perceptivos podem e devem ser amplamente explorados como o tato, a audição e o olfato, além do uso da linguagem.

A audiodescrição, certamente, poderá ser um instrumento de mediação e muito poderá colaborar para que os alunos façam inferências, deduções, e cheguem a conclusões, possibilitando uma participação mais completa nas múltiplas atividades escolares. É através da construção e exercício da linguagem, que a criança interpreta as informações que chegam até ela pelos diversos caminhos perceptuais. E é pela mediação do outro que ela percebe e imprime significados a essas informações, dentro de um contexto social e cultural (Vygotsky, 1999). Não é, portanto, apenas através dos olhos, dos ouvidos e das mãos em contato com

os objetos, que tomamos contato e conhecimento do mundo, mas sim quando associamos e aprendemos os significados atribuídos aos símbolos e códigos social e culturalmente construídos.

Vygotsky (1999) em seus trabalhos sobre a cegueira, aponta como grande fonte de compensação, o desenvolvimento da linguagem, a apropriação dos significados, a construção de conceitos e o exercício da abstração, muito mais que o próprio desenvolvimento do tato e o refinamento da audição. É, pois, a linguagem verbal o grande instrumento de mediação social, cultural e afetiva, que proporciona o desenvolvimento pleno da criança cega, e que permite que ela tenha um conhecimento e compreensão do mundo, conseguindo interpretá-lo, compensando os limites causados pela falta ou dificuldade de visão.

Além da linguagem, as imagens desempenham um papel importante no processo de aprendizagem. Elas ilustram, provocam reflexões e emoções, estimulam, motivam, promovem a curiosidade, completam e antecipam os sentidos que serão construídos pela leitura, contribuindo para o entendimento do próprio texto. Cientes da importância da linguagem e do papel das imagens e conhecedores da audiodescrição como ferramenta pedagógica, os professores poderão completar o discurso escolar com informações descritivas que permitam a visualização, a leitura mais crítica dos elementos imagéticos, com consequente ampliação do entendimento, motivação, participação, e repercussão positiva no processo de aprendizagem de todos os alunos.

Apresento, na próxima seção, uma sugestão de atividade com audiodescrição que permitirá que os alunos conheçam melhor a escola e comecem a pensar nas questões referentes à acessibilidade e à inclusão de pessoas com deficiência na sociedade e no ambiente escolar.

5. Conhecendo a escola com audiodescrição



**DESCRIÇÃO:** A charge de Ricardo Ferraz mostra dois alunos caminhando e conversando animados pelo corredor da escola. Um deles é cego e ambos estão com uniformes e carregam mochilas nas costas. Ao fundo, vários outros alunos, dentre eles um aluno na cadeira de rodas. O aluno da esquerda vira-se para o colega cego e diz: QUERO QUE VOCÊ CONHEÇA A ESCOLA! A SUA DIREITA, FICA A QUADRA DE ESPORTES E A SUA

ESQUERDA, A SALA DE VÍDEOS! O aluno cego, com óculos escuros e bengala apoiada no piso tátil, responde sorridente: COM AUDIODESCRIÇÃO ENTENDO MELHOR OS FILMES E POSSO CONHECER MAIS OS LUGARES!

Início esta seção, contando um fato verídico que aconteceu com a amiga

Jucilene, cega desde os cinco anos de idade. Atravessando a Praça da Sé, ela foi ajudada por um senhor que perguntou se ela conhecia a praça. Ju respondeu que sempre passava por ali a caminho do trabalho, mas que não podia dizer que conhecia o local. Então o senhor começou a descrever a praça: a igreja, as palmeiras enfileiradas, detalhes do piso, das torres majestosas da catedral. Para Jucilene, naquele momento a praça criou vida, abriu-se uma janela para o mundo, e através dela, Ju enxergou cores e detalhes preciosos que permitiram um real conhecimento do local. O fato ilustra com clareza o quanto a descrição pode ampliar o conhecimento das pessoas com deficiência visual e aponta para o quanto isso pode e precisa ser usado na escola.

A visão, como apontado por Sá, Campos e Silva (2007), nos possibilita conhecer o ambiente, as pessoas que lá estão em uma fração de segundos. Uma infinidade de estímulos chegam até nós pela visão, tais como formas, tamanhos, cores, dimensões, disposição do mobiliário, o estado de conservação, a caracterização das pessoas, as expressões fisionômicas, os gestos. Alunos com deficiência visual poderão ter algumas dificuldades com o reconhecimento do ambiente escolar e com algumas atividades em sala de aula que privilegiem as imagens, o que pode gerar medo, insegurança e desmotivação. Cabe ao professor promover oportunidades de interação e socialização, usando a audiodescrição como uma das ferramentas, incentivando também os colegas a serem mediadores na tradução das imagens em palavras.

Para que possam se localizar dentro da escola, transitar com independência e autonomia, realizar as atividades propostas e interagir com as pessoas que lá trabalham, o ambiente escolar precisa ser apresentado aos alunos com deficiência visual. A apresentação será mais do que um simples passeio pela escola e poderá ser compartilhada com os alunos que enxergam. Será um passeio mediado pelo outro, exercitando o olhar em busca de elementos que fazem parte e que são característicos de cada lugar, sala ou departamento.

Como sugestão de atividade, em salas com alunos com deficiência visual, todos os alunos poderão percorrer a escola em pares, sendo que um estará vendado.

Esta atividade, que poderá ser realizada desde o ensino fundamental até a universidade, com variação dos tipos de perguntas a serem feitas para os alunos e possíveis desdobramentos, objetiva apresentar a escola, o que será essencial para o ir e vir com autonomia e independência. Para os alunos que enxergam, a atividade objetiva desenvolver o senso de observação, ampliar o acervo de palavras e desenvolver a fluência verbal. Além disso, pretende proporcionar conhecimento sobre a escola e motivação para discutir temas relacionados à acessibilidade arquitetônica, comunicação acessível, reciclagem de lixo, vida na comunidade e outros.

### **Procedimentos em sala de aula**

**1.** Iniciar uma conversa com os alunos sobre a escola/faculdade perguntando se sabem a localização, data da fundação, número de alunos, nome da diretora, da coordenadora, dependências e outras informações. As perguntas, neste caso, são instrumentos de mediação que servem para provocar a curiosidade e motivação e possibilitar a formação do pensamento crítico em sala de aula (Brookfield e Preskill, 1999). Isso poderá ser o ponto de partida para uma pesquisa posterior sobre o bairro, ligada a outras disciplinas ou sobre outros temas que poderão vir à tona. Na faculdade, é uma oportunidade de conhecer departamentos, laboratórios, cursos oferecidos e outras facilidades, o que será interessante para todos os alunos, principalmente os calouros que estão se adaptando à vida acadêmica.

**2.** Comentar como os alunos chegam até a escola, o tipo de condução, as condições das calçadas em torno da escola, as dificuldades que uma pessoa com deficiência pode enfrentar. A conversa pode ser ampliada para as questões de acessibilidade como rampas, elevadores, piso tátil, sinalização, materiais. Pode-se incluir uma investigação sobre os recursos de acessibilidade já disponíveis na própria escola, o que pode ser melhorado, o que já existe no mercado e em outros lugares.

**3.** Convide os alunos a fazer um passeio diferente pela escola: em pares e vendados. Aproveitar a oportunidade para dar dicas de condução e orientação

como as apresentadas a seguir:

<b>DICAS DE CONDUÇÃO E ORIENTAÇÃO</b>
Apresente-se, diga seu nome. Quando encontrar uma pessoa com deficiência visual que já conheça, não peça para ela adivinhar quem é. Diga seu nome.
Ofereça ajuda e deixe que ela segure em seu braço, preferencialmente, no cotovelo, para poder conduzi-la pelo local.
Não a empurre: pelo movimento de seu corpo, ela saberá o que fazer.
No trajeto, é importante dar informações e descrever os locais por onde passar.
Ao orientá-la a sentar-se, coloque a mão da pessoa cega sobre o braço ou encosto da cadeira e ela será capaz de sentar-se facilmente.
Fale sempre diretamente com a pessoa com deficiência visual e nunca por intermédio de seu companheiro. Não é necessário evitar as palavras “ver” e “cego”. Use-as sem receio.
Algumas pessoas, sem perceber, falam em tom de voz mais alto quando conversam com pessoas cegas. A menos que a pessoa tenha, também, uma deficiência auditiva que justifique isso, não faz nenhum sentido gritar. Fale em tom de voz normal.
Quando se afastar da pessoa cega, avise-a para que não fique falando sozinha.
É sempre bom você avisar, antecipadamente, a existência de degraus, pisos escorregadios e obstáculos em geral durante o trajeto.
Num corredor estreito, por onde só é possível passar uma pessoa, coloque o seu braço para trás, de modo que a pessoa cega possa continuar seguindo você.
Se algum aluno de faculdade tiver cão guia, não distraia o cão com brincadeiras ou carinhos. Ele está trabalhando e brincar ou acariciar o cão pode desviar a sua atenção e colocar em risco a pessoa com deficiência visual.
(com base no Manual de Convivência – Mara Gabrilli)

**4.** Durante o passeio, o aluno que está guiando será orientado por algumas perguntas, tais como:

- Como é a entrada da escola?
- De que cor são as paredes?
- Há algum quadro de aviso ou cartazes na parede? Quais os avisos disponibilizados?
- Como é o piso? Há piso tátil: de atenção e orientação? Como é o jardim: há canteiros, flores, árvores, bancos?
- E o pátio: como se organiza o espaço, bancos, bebedouro?
- Onde ficam os banheiros?
- Como são sinalizados?
- Há sinalização em braille, letras ampliadas, contraste?
- Onde estão os extintores, lixeiras, orelhões?
- Há sinalização em torno deles?
- E a escada? Cores contrastantes para indicar degraus, corrimãos?
- Como é a biblioteca? Há acervo em braille? Materiais que são disponibilizados em arquivos digitais para alunos com deficiência visual?
- E a quadra, cantina, sala de informática?
- Chamar a atenção para o mobiliário.
- Quem são as pessoas responsáveis por cada dependência/departamento?
- Onde ficam?
- E o estado de conservação: há lixo espalhado pela escola/faculdade?
- Como a limpeza é feita?

**5.** O professor poderá traçar o percurso e combinar a troca das vendas: quem conduziu será conduzido depois de certo tempo para que todos passem pela experiência.

**6.** De volta à sala de aula, o professor fará perguntas sobre a experiência: como foi, o que sentiram, como é descrever a escola, a dificuldade da tarefa, se as orientações de quem estava guiando foram suficientes para o conhecimento do espaço, o que aprenderam com a experiência.

**7.** É importante sistematizar as informações encontradas tanto com relação ao

conteúdo como à forma (palavras: verbos, adjetivos, advérbios utilizados para descrever). Desta forma, os alunos poderão ir formando um acervo de palavras, o que, certamente, será essencial para a elaboração de textos orais e escritos.

**8.** Outro aspecto importante que o professor precisa retomar com os alunos é sobre os adjetivos em uma descrição, a necessidade de elementos para justificar as escolhas: a escola é grande - quantos metros quadrados? - a noção de tamanho pode ser também entendida e explicada usando para isso comparações; a biblioteca é legal: por que é legal? pelo número de livros, pelo atendimento.

**9.** Essa atividade poderá ser desdobrada e expandida para vários outros tópicos: preservação do meio ambiente, lixo e reciclagem, hábitos cidadãos, acessibilidade, comunicação das pessoas com deficiência e outros e ligada a outras disciplinas.

**10.** Atividades para serem feitas em casa: elaboração de texto sobre a escola, pesquisa sobre o bairro, pesquisa sobre reciclagem de lixo, pesquisa sobre acessibilidade para pessoa com deficiência. Os alunos poderão ser divididos em grupos e cada grupo ficará responsável por um subtema.

A atividade apresentada, certamente, poderá promover uma reflexão sobre o conviver com a diferença, enfatizando os aspectos positivos da inclusão, os direitos das pessoas com deficiência à educação, lazer, transporte e trabalho. Para complementá-la, outros materiais poderão ser utilizados como filmes, notícias de jornal, da *web*, histórias infantis. O aluno com deficiência deverá participar ativamente das atividades propostas, e sentindo-se à vontade, poderá dar seu depoimento.

## **6. Reflexão final**

Antigamente, evitava-se falar sobre a deficiência na frente da pessoa com deficiência, o assunto era considerado um tabu. Havia como que um véu encobrindo todas essas questões. Hoje em dia, a pessoa com deficiência

participa das decisões a seu respeito, de discussões e ações para melhoria das condições de acessibilidade; é responsável pela disseminação de informações sobre a deficiência e pela luta contra qualquer tipo de discriminação. Foi-se o tempo em que as pessoas com deficiência eram consideradas como “coitadinhas”, como objeto de ações assistencialistas.

A atitude do professor será, portanto, determinante para o comportamento e as reações do grupo para com o colega com deficiência. Incentivar os alunos a fazer pesquisas e levantar dados sobre o tema, visitar espaços acessíveis, trazer notícias divulgadas pela mídia, tudo isso pode ser explorado em sala de aula em diversas disciplinas e não como um tema à parte. Isso será fundamental para que hoje e no futuro os alunos possam ter uma visão mais humana e acessível do mundo em que vivem, preocupando-se nos espaços que convivem e em suas futuras profissões em como transformar a sociedade em um lugar mais justo e inclusivo, mais pacífico e amoroso.

A audiodescrição de imagens estáticas em livros didáticos, de imagens dinâmicas em filmes, eventos como peças de teatro, passeios, feiras e outros eventos escolares, assim como a contação de histórias, são outras aplicações da audiodescrição na escola e serão discutidas a seguir em outros artigos.

## REFERÊNCIAS

<http://audiodescricao.com.br/ad/>>acesso em 02/03/2020

<http://www.ame-sp.org.br/noticias/jornal/novas/tejornal81.shtml>>acesso em 02/03/2020

<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=23674>>acesso em 02/03/2020

<https://audiodescriptionworldwide.com/associados-da-inclusao/rbtv/o-direito-das-criancas-com-deficiencia-visual-audio-descricao/>>acesso em 02/03/2020

<http://vercompalavras.com.br/pdf/a-audiodescricao-na-escola>>acesso em 02/03/2020